

20.

DUAS PÁGINAS

DA

História da Universidade
de Coimbra

POR

JOÃO JARDIM DE VILHENA



COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1932

RC
MNCT
378
VIL

LIVRARIA BERTRAND, S. A. R. L.
LISBOA — COIMBRA — FARO

Museu Nacional da Ciência
e da Técnica

N.º 138

DUAS PAGINAS

DA

HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

DUAS PÁGINAS

DA

História da Universidade
de Coimbra

POR

JOÃO JARDIM DE VILHENA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1932

RC

MNCT

378

VIL

Separata de *O Instituto*, vols. 82.º e 83.º

UM OUTEIRO NA SALA DOS CAPELOS EM 1824

Em 1823, muitos manifestos deprimentes para os homens que fizeram a revolução de 20 e que haviam constituído as Côrtes Gerais, foram espalhados por todo o Portugal,

E além de deprimir, mostrando as manchas da sua vida, punham em relêvo as desgraças que os portugueses haviam sofrido, desde que as Côrtes tinham começado a legislar;— os cofres esgotados, os dinheiros públicos malbaratados, os empregos concedidos sem discernimento, a falta de pagamento aos funcionários e para cúmulo de infelicidade a perda do Brasil donde vinham tantos socorros e onde se empregavam tantos braços.

De maneira que a atmosfera de mal-estar preparada pela opinião pública e alimentada pelos pasquins, pelos manifestos e pelas intrigas políticas havia de concorrer para a dissolução das Côrtes, e quando estas foram dissolvidas, e que El-Rei D. João VI publicou o manifesto de 3 de Junho em que ratificava os seus inauferíveis direitos, pareceu que Portugal havia acordado de um letargo, tais foram os aplausos, os regosijos, os parabens que de tôda a parte subiram à real presença.

A Academia de Coimbra também quis juntar o seu aplauso ao de tantos municípios, tribunais e corporações pela feliz restituição do Monarca ao livre exercício do seu *Poder Soberano que o Omnipotente lhe havia confiado*. E para que

êsse aplauso fôsse o mais festivo possível, fêz-se uma subscrição que rendeu 6:000 cruzados.

O Reitor Reformador da Universidade, Diogo de Castro do Rio Furtado de Mendonça, Principal da Santa Igreja Patriarcal, animou a intenção académica, protegeu-a e organizou êle mesmo a festa, cujo programa foi distribuído da seguinte maneira :

— Dia 23 de Fevereiro de 1824. À tarde, vésperas na Capela da Universidade, com música vocal e instrumental. À noite, iluminação e outeiro na Sala dos Capelos.

— Dia 24. De manhã, missa cantada e sermão. De tarde, matinas. À noite, iluminação e outeiro.

— Dia 25. De manhã, missa e sermão. À tarde *Te Deum*. À noite, iluminação e outeiro.

Êste programa, assim concebido e onde predominavam as festas religiosas, estava ao gôsto da época, porque todos êles, absolutistas ou constitucionais, malhados ou corcundas, defendiam com ardor a supremacia do Trono e do Altar, empregando cada qual os meios ao seu alcance, contanto que vingassem as suas ideas politicas.

No dia 23 a festa religiosa começou às 4 horas da tarde e acabou perto das 6. Às 6 devia começar o outeiro.

Ora nesse dia, a atmosfera esteve sempre carrancuda e o seu aspecto fazia prever uma tempestade. À tarde, uma grande bâtega de água inundou a cidade. O Desembargador Conservador da Universidade, Manuel Lopes de Figueiredo, surpreendido pela chuva, molhou-se e recolhendo-se a casa na Rua da Matemática, meteu-se na cama com uma forte constipação.

À hora marcada, a Via Latina, as escadas, o pátio, estavam cheios de estudantes que, encharcados pela abundante chuva, manifestavam o seu desagrado por diversas formas, ao verem que não se abria a porta da Sala dos Capelos. Por fim, depois de um grande compasso de espera, a porta abriu-se. A

Academia entrou ruidosamente e quando ela julgava que tudo serenado, começaria o outeiro, viu que a sala estava, na verdade, esplendorosa na sua iluminação, que o corpo docente paramentado e em grande número ocupava os doutorais, mas faltava o principal — a orquestra não estava no seu logar.

Os protestos continuaram a tal ponto, que o Reitor, muitos lentes, e muitos estudantes se retiraram. A música appareceu algum tempo depois. Os que se haviam retirado tornaram a entrar, e o Reitor magestático nas suas vestes prelatícias, deu o sinal para que a orquestra abrisse o outeiro com o Hino Realista. Neste momento um sussurro ululante percorreu a bancada académica. Acabado o hino, começou o outeiro com a recitação de obras poéticas.

De repente, — ou fôsse projecto de antemão combinado, ou fôsse, porque o assunto das poesias inflamasse os brios políticos da Academia, — as vaias, os gritos insultuosos, o som estridente de gaitas e de cucos, as pancadas no chão com os cacetes, espadas e trancas, as exclamações indecentes, as apóstrofes de *fôra tolo*, *fôra maroto* aos declamadores das poesias, transformaram a sala num *sabatt* infernal.

O Conservador Figueiredo, que estava de cama a cortar uma constipação, foi avisado do sucedido e vencendo a distância da Rua da Matemática à Porta Férrea, entrou na Sala dos Capelos seguido dos verdeais e dos seus meirinhos.

Imediatamente tudo se calou. Os energúmenos retiraram-se e o outeiro continuou até final. Nos outros dias a festa decorreu na maior paz e amizade, como se nada tivesse acontecido horas antes, e que tão grande impressão causára em tôda a cidade de Coimbra.

Mas o segundo acto desta tragédia, dentro em breve, começaria, e devia a Academia tremer, porque as autoridades não esmoreceriam no castigo dos culpados.

— «Alvorôço e pateada que tiveram logar na sala grande da Universidade de Coimbra na noite de 23 de Fevereiro

de 1824; escalamento do pátio da Universidade na noite de 24 para cortar os panos que adornavam a iluminação e que continham dísticos alusivos à Realeza, tiros descarregados nos oficiais do Conservador da Universidade» —.

Eis o libelo acusatório, — reforçado com o aparecimento de dois pasquins, um dêles ameaçando a vida do Conservador, — que originou a devassa instaurada por êste, aprovada pelo govêrno, e mandada julgar por seis desembargadores da Relação e Casa do Pôrto, sendo presidente Vitorino José Cerveira Botelho do Amaral, o mesmo magistrado que a organizou e inquiriu.

O processo⁽¹⁾ tem 1:150 fôlhas: autos de prisão, hábito e tonsura, autos de acariação, justificações de ausência, alegações de defesa, libelos de acusação, atestados de moralidade, certidões de doença, depoimentos de defesa e de acusação, inquirições de testemunhas, autos de exame e corpo de delicto, autuações de papéis apreendidos, públicas-formas, muitos documentos de protelamento de sentença, — e se formos a atender que fôram 42 os estudantes presos, 25 os ausentes e 10 os doentes, podeis ver bem o trabalho enorme dispendido pró e contra.

Demais, não era só a interrupção revolucionária da noite de 23, era o escalamento do pátio na noite de 24 por meio de uma escada encostada à porta de Minerva, e destruição do obelisco que se havia levantado no meio do pátio, adornado com os atributos da Realeza; era a tentativa de assassinio na pessoa do Conservador, ao Arco do Bispo, na noite de 25, com ferimentos nas pessoas de dois meirinhos; eram os papéis subversivos, anti-religiosos, encontrados em casa dos estudantes presos; era a má vontade das autoridades sempre latente, *nunc et semper*, contra as manifestações da Academia; era finalmente o ódio entre absolutistas e liberais,

(1) Êste processo está no Arquivo dos Feitos Findos.

— formidáveis acusações que iriam cair sôbre todos os estudantes, entre os quais corria veloz o grito de *salve-se quem puder!*

E ainda bem que o Senhor Conservador não foi ferido ou morto, porque, — previdente e astuto (para não dizer covarde), — *tendo tido o cuidado de lançar pela cabeça o lado da beca para encobrir a cruz pendente e a fita encarnada, fingindo ser estudante, correu velozmente por uns becos e dentro em cinco minutos estava em casa e principiou imediatamente a dar as providências necessárias para que a tranqüillidade pública se não alterasse!!!*

De contrário a fogueira que queimaria a facção *composta só de inimigos do Trono e do Altar, pedreiros livres, sem religião nem moral, sem virtude alguma social* e que espalhava por tôda a cidade o pregão insidioso: «Rezem pela alma do Conservador que morreu esta noite», lançaria tão vivos clarões que seriam o *escarmento de tôda a população académica.*

Foram presos⁽¹⁾ os seguintes estudantes: Francisco Maria de Freitas Jácome, Francisco António Barral, José Albino Cardoso Casado Geraldês, João José Barbosa Marreca, Daniel de Ornelas Vasconcelos, Vital Jorge da Maia Canhão, Francisco Rebelo de Carvalho, António Francisco dos Santos Coelho, Adelino Huet Forte Gato, António do Rego de Faria Barbosa, Domingos Olavo Correia de Azevedo, José Joaquim Ferreira de Almeida, Francisco António de Melo, Constantino Alves Ferreira Pinto Vilar, Daniel Pereira Lopes da Silva, Egídio Honorato da Silveira Coito, José Belo

(1) Os autos de prisão indicam o nome dos estudantes, sua categoria universitária, filiação, naturalidade, idade e dizem também como estavam vestidos quando foram presos. É de notar, que nenhum estava com os seus hábitos académicos, mas sim com vestes de fantasia, que pela sua descrição, poder-se-ia dizer uma completa mascarada tal era a policromia dos trajos, roupas interiores e calçado.

Madeira, Domingos Martins de Faria, Luís António de Azevedo, Crisóstomo Teixeira Vaz Barroso, José Manuel da Paz Ruas, José Henriques de Almeida Júnior, António da Silva Mengo, Henrique Gomes da Silva Pinheiro, José Maria Gomes da Silva Pinheiro, José Xavier Pereira de Macedo, Luís António Vilar Pajote Touro, João Toscano da Silveira, António Maria Branco, Bernardino José da Costa Alves, Estêvão António de Moura, Manuel Joaquim dos Santos, João Nunes dos Reis, José Maria Franco, José Joaquim de Freitas Lial, Gonçalo Telo de Magalhães Colaço, José Eleutério Barbosa de Lima, Leonel Estelita Fernandes Paiva Manso, José Alexandre Machado Pereira da Costa Garção, Francisco Cesário Rodrigues Moacho, Miguel Perdigão Caldeira, José Francisco Angelo da Silva Gazo, Felisberto de Sousa Ferreira, Júlio Gomes da Silva Sanches (1).

Foi também preso o Religioso Eremita calçado de Santo Agostinho, professor proprietário da cadeira de História e Antiguidade do Real Colégio das Artes, Fr. Francisco Freire de Carvalho, e como era professor e comentava da sua cadeira com espírito liberal os factos da nossa História, quer se referisse aos Reis ou a Deus, o libelo que contra êle assacaram, influíu poderosamente na sentença que o condenou à suspensão perpétua do exercício do magistério e prisão temporária no Populo em Braga.

E passados 7 meses, depois de ter sido instaurada a devassa, a sentença foi pronunciada condenando o *ausente* José Henriques Ferreira de Carvalho em degrêdo perpétuo em Angoche, ou na pena de morte se viesse a Portugal; José Joaquim Ferreira de Almeida, em 10 anos de degrêdo em

(1) Com uma pesquisa mais demorada poderíamos mostrar qual foi o futuro de todos estes rapazes. De Gonçalo Telo e de Silva Sanches sabemos nós que aquele morreu Juiz de Direito, e êste foi Ministro de várias pastas em muitos Ministérios do constitucionalismo.

Angola; António Joaquim Emídio da Silva Quelhas e Sebastião da Costa Leitão, em 6 anos para Moçambique; Barbosa Lima, Freitas Jácome e Casado Geraldês, 5 anos para a Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde; Pajote e Sousa Ferreira; 5 anos em S. Tiago de Cabo Verde; Júlio Gomes da Silva Sanches, 4 anos na Ilha do Fogo; Barbosa Marreca e António de Melo, 2 anos na Ilha Brava; Marcelino dos Santos, Zuzarte, Rebelo de Carvalho, Costa Alves, Fernandes Paiva, Rocha Cardoso, Teixeira Ribeiro, António de Moura, Maia Canhão e António Barral, diversos anos em Castro Marim.

Estes *criminosos* foram todos indultados por um Decreto de D. João VI, em 1825, concedendo ampla anistia.

*

O Desembargador Manuel Lopes de Figueiredo, o Cabaças, *Conservador com alçada nos Estudos e Universidade de Coimbra*, como êle se autorizava nos documentos oficiais, era odiento, porque — a-pesar-de dizer nas *Contas*, enviadas do Ministro da Justiça, Manuel Marinho Falcão de Castro, que procedia sempre com a máxima cordura e desculpava os ardores da mocidade académica, — as devassas mandadas abrir por êle eram inúmeras e castigava sem dó nem remissão; era odiado, porque sofreu muitos atentados, semsaborias e ultrajes: e era sobretudo ridículo nas suas resoluções e nas razões que dava para as fazer cumprir.

Imaginem que naquele ano de 1823, appareceu em Coimbra uma companhia de cómicos italianos que se faziam acompanhar de vários bichos pelotiqueiros.

O Conservador resolveu expulsar da cidade a Companhia italiana, a-pesar-do Corregedor da Comarca ter protestado com tôda a casta de impropérios.

Êle manteve a sua resolução, *porque a freqüência daquellas companhias estrangeiras em Portugal nesta ocasião, sem-*

pre protegidas por homens suspeitos, e o facto de que em 1817 andaram neste Reino, e no de Espanha os emissários das Sociedades occultas por todas as terras onde lhes convinha irem, trazendo por disfarce bichos com que faziam iguais divertimentos, parece que tornava necessárias algumas providências gerais a respeito de semelhantes companhias, das quais nenhum bem temos a esperar, e o menor mal que decerto nos vem fazer, é extorquir ao povo que iludem, o pouco dinheiro que tem, quando me persuado que nós devemos impedir a saída do nosso dinheiro até à custa da fome se tanto for necessário: O que mui respeitosa e leve ao conhecimento, e consideração de V. Ex.^a!!

A «LANTERNA MÁGICA»

No mês de Janeiro do ano de 1817 appareceu afixado em um dos cunhais do convento da Trindade, situado na parte alta da cidade de Coimbra, um caderno manuscrito em dez quartos de papel com o título de *Lanterna Mágica*, contendo acusações satíricas contra o muito illustre Bispo Conde Reformador Reitor da Universidade D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e contra algumas pessoas que junto dêste occupavam altos cargos e que eram o Padre António Barbosa de Almeida, seu secretário, a quem cabia o apodo de *Morgado*, e o Prior Inácio Coelho de Faria, vigário geral promotor, por alcunha o *Malagrida*.

Logo que appareceu a papeleta, foi ella arrancada e copiada pelos alviçareiros e bisbilhoteiros. Essas cópias foram espalhadas pela cidade e mandadas pelo correio para sítios distantes.

O caderno (1) subiu à presença do Bispo Conde que leu o seguinte:

LANTERNA MÁGICA

Mocidade Académica. Eu vos desconheço, desconheço

(1) Em todo o processo que temos presente e que se acha no *Arquivo dos Feitos Findos* não se diz que a *Lanterna Mágica* tivesse sido impressa. O original manuscrito está junto ao processo e sobre elle e mais papéis que depois appareceram afixados nas paredes, é que se formou a devassa.

Os tempos decorridos desde a subida do Marquês de Pombal ao

Vossos Veteranos, Vossos Mestres, Vossas Leis, Vossos Usos e Costumes.

Quem é o vosso chefe? Aquele mesmo que foi em MDCCLXXII encarregado de derribar Colossos enormes de abusos no ensino das Letras em Portugal, fazendo pôr em prática tão ajustadas normas de dirigir a Mocidade Portuguesa no estudo das ciências por novos Estatutos trabalhados com sabedoria, fervor e fadiga, e apurados com amor e prudência nunca imaginados?

¿Aquele mesmo que tornando ao Govêrno Académico há XVIII anos o maneja quási livremente, achando uma riqueza de Cofre e de Luzes, particularmente pelo acrescentamento das duas Faculdades, Matemática e Filosofia, a que seu último Predecessor de imortal glória e de eterna saudade, o Ex.^{mo} Principal Castro, deu o mais nobre e o mais enérgico impulso?

¿Aquele mesmo, que fêz passar uma porção dos nossos naturalistas do Centro do Comércio das Letras (Paris, que podemos, sem medo de errar, dizer a Praça onde concorrem nos nossos tempos e há muito tempo todos os sábios do mundo social) querendo renovar as Castas das Luzes, as quais por êste modo se naturalizão para as ciências e para os sábios dos diversos Países; ainda lembrado do quanto nos aproveitarão e aproveitam os sábios Patriotas Sanches pelos seus Conselhos e os Leais, Picanços, Broteros, Câ-

poder até à entrada do constitucionalismo foram férteis em proclamações pasquins, libelos, folhetos manuscritos ou impressos. Os ódios, os rancores e a crítica desabafavam-se desta maneira e apesar-de serem quási sempre conhecidos os seus autores por meio das devassas ou das inconfidências, e serem severamente castigados, o desabafo popular não conhecia limites.

maras e Andrades, pelos seus escritos e pelo ensino e prática?

¿Aquele mesmo em quem ainda fervem na provecção a grandeza de Estabelecimentos duráveis, e a coragem de os acabar conforme a vontade Augusta do soberano, o Monarca Restaurador das Letras em Portugal no século XVIII?

¿Aquele mesmo que, se fôra outro, com dobradas fôrças, e decimais trabalhos daqueles por que êle tem passado na sua vida pública, não buscaria senão o leito para repousar, ou os disfarçaria com entretenimentos alheios dos seus ministérios?

É êsse mesmo, me respondereis vós; mas eu não vo-lo creio, ainda que m'o jureis por quanto há de mais sagrado.

Mas que, Mocidade Académica! Ah! Contemporâneos meus, e meus Veteranos dêsses dias venturosos de há XXX anos!!! sim, agora mesmo no meio do meu delírio espantoso eu me recordo de que *pela Carruagem se vê quem vai nela*.

O vosso chefe era outrora ladeado dos Monteiros e Sampaivos e outros desta categoria a quem ouvia sem rebuço. Então erão seus súbditos Godinhos, Pedrosas, Ribeiros, Silveiras, Carneiros, Leais, Calados, Soares, Bezerras, Picanços, Cumieiras, Barrosos, Castelos, Ricardos, Trigosos, Barretos, Saraivas e outros mais que sabiam tanto obedecer-lhe na Lei, como executá-la a todo o custo.

Agora, desamparado daqueles heróis que de dia em dia lhe vão faltando, necessariamente os seus domésticos entrarão a apossar-se dêle e a gostar de tão vantajosa posição,

que nela de todo se assentarão os Barbosas, os Martinzes e outros que tais, com quem as Luzes da Verdade e Rectidão não podem brilhar, mergulhadas nas borras da mentira e da lisonja, únicos dotes de semelhantes bigorrilhas e harpias.

Reparai bem na sua marcha. Por esta vez não vos recordo atrasados, até onde também chega a luz desta *Lanterna Mágica*. Não é só *a priori* que se mostra o quod erat demonstratum; também pelos efeitos se chega à sua causa. Vejamos pois o que são estas frutas do tempo, embora sejam (o que duvidamos muito) a excepção da regra — *Talis arbor, qualis fructus*.

Martinzes e Tesoureiros Mores foram pobres padres rotos, depois Confessores e Mordomos e agora até Cónegos de tôda a casta de Conezias.

Barbosas e Vicentes foram sacristas e Papelistas, depois Mestres de Cerimonias e Secretarios, e agora Reitores. Conegos — Deputados — (Ah! João! João!), e secretarios de Letras (que se bem talhão, peor entendem), e cavalheiros de uma ordem que professam e não crêem, por que só querem dinheiro e mais dinheiro.

Olhai para êste que está connosco. Reparai bem na sua bôlsa sem fundo e de cem bôcas. Vêde como correm as Propinas que vos carregam por todos os modos finitos e infinitos, cada vez mais gordas, como as sopas no mel; até os médicos lá caíram na Congregação de Novembro (feita em Dezembro) em mandar (êles negam) juntar certidões da Grécia para justificar faltas antes da Matrícula por não terem aprovação daquele idioma do País das Pestes. (Ora queira Deus, ou não queira o Diabo que elas lhe tragam êsse flagelo!)

O Tempora! Enquanto o Tribunal das primeiras letras era univoco nas suas direcções obrando de mãos dadas, o Entendimento e o Coração, os seus expedientes corriam pela singeleza da sua secretaria do modo que respiram todos os preceitos da soberania que preside às nossas Funções Académicas pelos quais somos freqüentemente advertidos de probidade e desinterêsse. Assim succedeu sempre emquanto lá estiveram os Ribeiros e os Almeidas.

E que vêdes no decurso dêste ano? Emolumentos accrescidos sem pêso nem medida que não sejam de uma ambição desenfreada e muito natural de tais roupetas que não perdem um só momento da existência vacilante de seus Amos, contra os quais hão-de ser os primeiros a cuspir sôbre suas cinzas ainda quentes. Vós o vereis.

Misero Velho! Só a condição da idade te pode desculpar; porque ela não te deixa perceber que se te aflagam, se te bafejam, e se te aninham, não é o teu bem que os move, mas é só o seu interêsse que os impele.

Quanto glorioso te não seria o têrmo da tua vida, se os favorecidos soubessem que eras tu e não os teus Mamelucos, o dispensador dos favores que recebem!

Já não te crimino, nem me irrita neste momento a tua Constitucional morosidade superior a tôda a paciência. Sim: desespera-me tão inaudito aviltamento em que nos põem a torpeza de semelhantes Malagridas, escória refinada da Tartária, que se incham de ter visto o cuspo que pisou o Homem de Santa Helena, quando tu lhe rendeste vassalagem hipotética, e êles que te acompanhavam nos requebros das tuas inimitáveis e feiticeiras cortesias, se figuravam Bispos e Lagardes, Condes da nova Pauta para Portugal, para onde te

imaginavam o Patriarcha-Cívico Canónico-Liberal dêste Povo de Heróis, que sabe sofrer e repelir como lhe apraz.

Ei-a pois, se ainda podes, vê, ouve e atende ao que te descobre no maior clarão esta Lanterna, que a Divina Providência te concede por mão oculta e singular, mais amiga de ti e de seus colegas do que de si próprio, que pouco ou quási nada tem para se queixar em proporção dos mais.

Que desgraça não é a Vossa, Mocidade Portuguesa! Que vergonha não é a nossa, respeitáveis Académicos! Assim berram por tôda a parte em que se encontram dois ou três Batinas. A Mocidade busca patrocínio à sua ignorância? E nós a apadrinhamos? Que barulhada de conceitos não voga nesta «Lusa Atenas»!!! Ora êles têm razão, por quanto

Editais gritam pelo rigor de freqüência nos bancos sem uma só providência para o sossêgo e atenção dos ouvintes, nem para o respeito e segurança dos Professores que têm de subir à Cadeira para falar a mais de CC rapazes encerrados em uma Aula sem ventilação, e cujas portas e janelas pelo contrário são fechadas por causa das chuvas e ventos, ficando assim em perigo a saúde e vida de uns e outros, como há pouco succedeu ao amável Mestre, o Doutor Fortuna, que em vossos mesmos braços, ó terna e carinhosa Mocidade, conduzistes desacordado até o próprio leito de sua casa. Ó! dor! ; E depois disto qual foi a providência? Nenhuma.

Que mais vêdes? Olhai: Despachos da fábrica Malagrdica remexem e embrulham sem tom nem som as matérias dos exames preparatórios, ou suprem' tôda a sorte de preparação que os Novatos devem fazer para entrarem no estudo das Ciências Facultativas, dispensando-os de tais pre-

parações que a ignorância de semelhantes agentes não lhe deixa entender senão pelos sons que lhes *tinem*.

Por outra parte os oppositores são perseguidos pelas intempestivas e deslocadas dissertações inventadas pela bigorna das Teorias puras (ou de gabinete). É forte cegueira! ; Ainda não estão desenganados que para esta sociedade naturalmente concorrem os génios de ler e falar e não os de orar e escrever? Todavia temos tido grandes Mestres e alguns têm saído digníssimos Escriitores a-pesar-de não terem sido daquele modo violentamente educados.

Os mesmos Mestres já endurecidos no uso livre das suas prelecções diárias são a cada momento importunados pelos Elencos respectivos como pretexto para serem atendidos nas suas pretenções. E na execução das promessas? nada se verifica: senão, vêde:

Os lugares são dados pelos empenhos e não pela aptidão. Falem o Magalhães e o S. Luís: aquele sem provas conhecidas, misturado nos Despachos com êste outro de merecimento relevante e com provas sobejas:

As Faculdades, tôdas necessitadas de acrescentamento nos ordenados, são desatendidas na sua representação que a êste respeito há dois anos dirigiram verbalmente ao Reitor pelos seus respectivos Membros reünidos em Deputação e que êle mandou reduzir a dois para continuarem nas conferências do projecto, cujo resultado tem sido nulo ou não transpira, que vem a dar no mesmo. Entretanto na Magistratura Forense já se efectuou tão necessária mudança, e os devedores do nosso Património são tolerados, atendidos e até perdidos mais por aqui ou por ali, contanto que tenha a casa cheia de tôda a qualidade de Carniça o *Compadre Noé* da Rua das Fangas.

As Faculdades operárias postas num sertão sem Benefícios nem Acessos como têm as outras, nem são reintegradas na igualação com as jurídicas em Ordenados, como se verificou em MDCCXCI, nem podem na sua situação achar os recursos que lhes oferecem as grandes povoações ou aquelas em que estão os vastos Estabelecimentos da sua Prática e não os *sumptuosos montões de pedra e cal* e cujos âmbitos regorgitam ou de puros nadas ou de vãs e ociosas preciosidades, que assim se devem chamar os melhores modelos, se não têm uso prático como estes nossos.

A mesma Primogénita Teologia é condenada a dura inteligência dos subterfúgios, com os quais é privada de ter igual quinhão no Património Comum do ensino. (Foi expressamente abolida a Filosofia Escolástica na mesma ocasião em que se legislou com todo o receio dela).

¿Qual será pois o Código desta era que opõe tão iníqua distribuição? Os Teólogos seculares são todos providos em Canonicatos pela maior parte pingues; além disto são iguallados em Ordenados com os seus Colegas da Ordem Regular, que nada mais têm que a forçada habitação do seu Colégio e os regalos das Comunidades que não fazem parte do Património do Ensino Universal da Nação.

Assim mesmo os Estatutos são Leis, e portanto devem ser observados, ou melhorados por outras Leis. Porém não succede assim: elles só servem para apoiar as coações. As Portarias! Sim, essas valem mais do que Avisos ou Cartas Régias na Diabólica Manobra dos favores chamados Despachos Provisórios.

É por esta Provisoria (para melhor dizer Portagem) que os substitutos do Colégio das Artes, nomeados por tais Diplomas, passam a receber ordenados das Propriedades vagas

que substituem: e os das Faculdades regem anos inteiros Cadeiras também vagas, e não são contados como aqueles nos ordenados respectivos (talvez por não serem afilhados da Raça dos Benefícios).

Os miseráveis Professores das Províncias são atormentados com Exames, Provas e Despesas: Os Favoritos são introduzidos no Magistério sem Prova Pública nem de um só exame ou Produção literária conhecida, até sem a qualidade que outros concurrentes apresentam de serem Bacharéis desta mesma Universidade, cuja qualificação nesta *Portagem* de nada serve ao Pertendente, se não é dos Favoritos.

Ainda mais: aparecem estudantes efectivamente matriculados pelo Novembro fora e são lançados no livro das Matrículas com a data de trinta e um de Outubro. ¿E são, ou não, falsos estes documentos?

¿Que dirá a posteridade quando lançar-lhe o olho com o critério da curiosidade, e vir que o Velocífero Corvo⁽¹⁾, secretário dos nossos tempos averbou em um só dia tantas matrículas, não ficando dêste portento, ao menos, *a mão da pena* para depósito maravilhoso nos arquivos do Museu?

¿E que me dizem, Coevos meus, dêste reboliço do anfibio Malagrida ou bicipito *Padre Morgado* das nossas Rendas perdidas nas mãos dos três Bonecos o passivo *Gengival-gerrúndio-Flor da Maia*⁽²⁾, o *Pescador dos Poetas de três Províncias*⁽³⁾ e o *Ex-Loio Larraga da segunda Edição*⁽⁴⁾, Cum notis variorum da encadernação ora de Cascais, ora de Portalegre, (onde tem assento Canonical), ora de Lilla, o qual os absolve de todo o ranço presuntal de Lamego ou coisa semelhante, e de alguns foros caídos (ou escorregados,

(1) Entre nós os corvos domésticos têm o nome de Vicentes.

(2) Ou custos, ou tesoureiro.

(3) Honor ou Cavalheiro.

(4) Virtus quoque, ou teólogo. (*Notas do original*).

que vale o mesmo)... Valha-me Deus: quero falar-vos d'êste último caso de uma matrícula com dispensa até do exame de latim, em que se figura o Despacho falso, e com que se não quer perder o Estudante (ou a si, aqui para nós). Nunca se viu tanta doçura e tanto veneno combinados! Mas quê? ; O tal secretário não é bicipítico, isto é, pau de dois bicos? Tanto é bicipítico, tanto basta.

Que extraordinário consórcio! A soberba com o aviltamento! Porém o facto é sem dúvida; ora aí vai:

Remexeu-se o senhor *João das Regras* para caçar a si o tal Despacho que êle chama falso: (e com razão, porque falsidades só as pratica quem é falsário ou sem carácter, como êle). Sim, amigos meus, o tal *grimpa* ou catavento viu-se tão grego com os ventos que por aqui sopraram em certo dia, que não teve sossêgo senão descendo do seu poleiro (assim faz o que passa de saloio a cidadão) e andou quente na busca do baptizado *pseudo-Despacho*, como o cão perdigueiro que mete o focinho em todos os moiteiros que lhe cheiram, para dar com a sua Cara (e para quem a comprou bem cara) Perdiz.

; E quais são os consequências necessárias e directas contra a subsistência dos empregados sinceros e de boa fé? Eu vo-las mostro.

Os Quartéis são pagos ao arbitrio do contador, quando e como quer: porquanto

Os jubilados e viúvas (essas muito poucas) são tratados como filhos espúrios da fôlha; e os effectivos vão à contadoria duas e mais vezes. Que indignidade! Até succede que os mesmos Mestres já se irritam e blasfemam naqueles recintos que só devem respirar moderação exemplar para a Mocidade que algum dia há-de dirigir a Nação. ; E não têm os Académicos justa razão de mágoa e de saúde pelo incomparável Castro, só doutros Castros fiel modêlo? ; Por ventura naqueles tempos houve uma única vez em que o

pagamento tivesse tais irregularidades, quais sucedem neste Govêrno de Relequino? Também então houve grandes despesas: assim mesmo o cofre regorgitou: os ordenados cresceram e nunca se faltou à pontualidade dos pagamentos. Desde então têm subido as rendas da Universidade: a Imprensa não lucra pouco pelo consumo certo dos Compêndios: as matrículas dêstes últimos anos excedem muito as dos precedentes: os Edifícios e Mobílias sofreram pouco, em proporção com os dos particulares, nas últimas guerras de invasão: finalmente por tôda a parte há dinheiros ou dívidas sem arrecadação, digam o Corregedor de Évora e certos rendeiros do Pôrto.

Porém; como não há-de ser assim se o *Boneco de Tridente* (que também já pescou uma sereia nas águas de Condeixa), depois de gastar a maior parte da manhã em dar beijos no Rosário de Netos ou de Netas, mal chega à Contadoria para fazer Carrancas e preparar *Pastas de Buenas-dichas*, volta logo caras para a *Espelunca* do Padre Morgado, reza com êle no *Breviário* das perguntas e respostas de prós e contras; depois sobe para o *Gabinete dos Politicos*, faz a sua fala cumprimentícia, beija a mão do Venerando, torna-se encontradiço com o da *Espelunca*, lá se entendem os Feiticeiros; e quando são duas horas ou pouco mais *fervet opus* do bom Lamego e Alto Douro até chegar e passar a fieira dos pertendentes providos de Cartuxame de todos os calibres para embaraçar os assaltos das contas-correntes e ganhar a demora dos pagamentos escriturados!

Eis aqui como se vai o tempo da expediência do *Cunctator* dêste grandíssimo Património, gema quem gemer.

¿ Ora perguntem-lhe lá se êle ainda sabe rezar a Salvê Rainha depois que deixou a Mesa da Escrituração, em cujo tôpo está pendente a Santa Imagem da Senhora da Conceição e perante a qual é de louvável costume orar todo o

oficial quando entra, para começar o seu exercício daquelle dia?

Êle? Sim. Avezou-se a mostrar com o seu companheiro das Veneras o Flor da Maia, o nome de Charitas em pequeno quadro (assim foram os seus Narizes), como se ali fôssemos buscar esmolos, ou êles fôssem donos delas. O mais galante é que nem aquella mesma caridade se pode chamar Régia nem Pontificia, de cujas naturezas participa todo o Património que ali se arrecada e sabe: é a Caridade de São Francisco de Paula (como se nós fôssemos seus Frades)!

Olhai bem atentos e vereis outras coisas mais ao clarão inextinguível desta Lanterna:

Os aforamentos de propriedades da Universidade são negados a pés juntos aos beneméritos Académicos, que souberam vestir-se de pó e coragem para cobrirem a sua Nação, e a mesma Universidade de glória e fidelidade que se lhe negava. Já vêdes que eu falo do químico da Nação, o incansável Doutor Sobral, que para conseguir o aforamento de um pequeníssimo olival, levou anos de deligências amarguradas: ao mesmo tempo; oh! dor!

Oh! Património mimoso das ciências, convertido em prémio da mais infame e grosseira ignorância! Sim!

O Mágico Arpia Malagrida achando sempre resistência invencível no chamado impertinente (mas honrado) Doutor Faria, Deputado Académico da Fazenda, enfeitiçou primeiramente o amo de tal arte que o fêz vomitar cólera implacável sôbre tão respeitável facultativo, ao ponto dêste largar de todo o exercício das suas funções, amofinado e verdadeiramente doente e desgostado.

(¿E que tem encontrado na reformação da Imprensa o revisor que lhe succedeu, tão embelezado e embalado com protestos e planos de bêca cheia? Ventos ou bogalhos que afinal dão môscas por cordas).

Eis o momento favorável de um tão desavergonhado

roubo, que se faz digno de exemplar castigo *ab ovis que ad malum*.

Neste momento forçosamente se me figura ver o tal *Mermecophago* (Papa-formiga), em ar de tamboreiro no meneio da cabeça, todo requebrado e glorioso de tão nefanda empreza; apenas talvez lhe custasse algumas noites de vigília inquieto de prazeres e ufanía.

Em conclusão, está senhor de *fundos que não rendem ao nosso Cofre o centésimo do seu modico valor*.

Que mais quereis ver? Nada mais; eu vos ouço responder. Com razão: e se vossos olhos estão cansados de olhar, e de chorar, sabei ao menos que são infinitas, inconcebíveis e inauditas as patifarias de tais Laçaios.

Porém sempre vos quero alumiar para o canto do pátio, aonde mora o si-*quoris-miracula*, o *Baptista cór de Alambre fino*, o mais hábil official de pezar em cordas que vão dar a quaisquer metais fundidos, ou batidos, marcados ou cunhados.

Tende paciência: Olhai mais para aquele mesmo sitio e lá vereis também o outro *Elle-é-não-é* Padre Vicente que nem casa nem diz missa e que a falar é digno sucessor do *Faca-lata que se-laca*. Êste andador mor da Manada Académica dos Claustros seria ainda hoje um bom moço se lhe não faltassem o honrado Mira e o sisudo Silveira. Porém já agora é também, como os outros no seu disirito, principalmente depois que se entregou à industria e destreza do seu moço Badalista. Meus amigos, sempre ouvi dizer que a ambição é pior que a tinha. Tanto vai lidando com uns e outros que está igualmente desavergonhada e sem pejo nenhum. Aprendeu a manejar na sua secretaria o braço aumentativo da balança romana tão maravilhosamente que até já excede a Mr. Pinetti. Faz passar com velocidade imperceptível a esportula de cento e vinte réis para variadíssimos algarismos, porém nunca para menos de três nem sequer com uma mi-

nhoca no meio como fazem os matemáticos que reduzem com aquele rico feitio um mil cruzado 400#000 réis, em quatro quási nadas 0,400000. E bem sei eu, porque o diabo nunca lhe dá para aí. São duas as razões:— a primeira porque tem sido muito causticado pelo doutor Caria (Censor perpétuo do Pedro das Serralhas brancas, pretas e amarelas), para que nunca deite a tal minhoca de fora ao fazer das contas:— a segunda, e a mais forte é o perfeito esquecimento do seu Bastão de Moço-Fidalgo-Mor, cujo feitio alguma vez lhe poderia suscitar o uso da vírgula entre os algarismos das espórtulas, os quais neste caso sempre correm o risco das precipitadas quedas decimais.

Sôbre tudo a mais espantosa nicromância dêste politiquero é sacar com o mesmo documento tantas espórtulas quantas vezes o mostra (sempre original).

Nisto nenhum dos Mágicos lhe chega, mas sim esta Lanterna.

Disse: e mais diria, se não tivesse de ir alumiar os nossos pacobios-acadêmicos que vão correndo para a calçada a ver os figurões que se mostram pela quadrilha estrangeira, que tem a ratoeira armada no resto traseiro das casas queimadas dos Magalhães ao Arco dos Moraes (que também são bichos dignos de se modelarem).

Ora é boa impertinência: o murrão desta lanterna ainda quer fazer ver como a chamada Polícia Académica e a da Cidade estão dormindo a sono solto, muito satisfeitas de que a nossa mocidade e os cidadãos indiscretos vão despejar as bôlsas sem o susto nem a dor que costumam suceder nos assaltos das estradas: e talvez julgando que devem preferir aos erros nacionais êste efeito suave do tal ópio das ceras estrangeiras, sem a menor consideração do mal que por fim sofremos na falta de numerário, que as actuais circunstâncias ainda propendem a fazer progredir. Apagou-se: agora somos todos da mesma côr. Até logo.

Quod natura dat, nemo negare potest. Seu A. Mens Libera (1).

*

Vêem-se, neste pasquim, censuras aos actos e resoluções do Reitor, a quem chamavam em Coimbra *reliquia do despotismo pombalino*: — O facto de êle ter ido em Abril de 1808 a Baiona saudar Napoleão; a resolução que êle tomou de arranjar o Jardim Botânico (*suntuosos montões de pedra e cal*) ampliando-lhe a área, construindo socalcos e terraplenos, e gastando muito dinheiro em gradarias e surribas; a protecção que êle dava aos seus dois fâmulos — *Morgado e Malagrida* — que prevaricavam no exercício das suas funções, à sombra do seu patrono; o atraso no pagamento dos vencimentos dos lentes, em virtude do esgotamento dos cofres, resultado de despesas supérfluas; a sua inanição na administração universitária consentindo delapidações, abusos, extorsões e vexames; — tudo isto fêz com que a critica latente se fizesse sentir por meio de uma papeleta manuscrita

(1) Teófilo Braga, a pág. 325 do 4.º vol. da *História da Universidade*, cita algumas frases como se fôsem da *Lanterna*, quando elas não são mais que copiadas de um *Manifesto*, por essa ocasião espalhado e que foi publicado na íntegra por Joaquim Martins de Carvalho no *Conimbricense*, n.º 2528 do ano de 1871.

Martins de Carvalho nunca viu a *Lanterna Mágica*, senão tê-la-ia publicado na íntegra, como publicou o texto do *Manifesto*, cujo original também está junto ao processo, tendo ainda as obreias dos quatro cantos, com as quais foi afixado na parede donde foi arrancado.

Tendo sido feitas bastantes cópias da *Lanterna*, parece extraordinário que Martins de Carvalho não tivesse visto alguma.

Naquele número do *Conimbricense*, diz êle que a *Lanterna* inseria *sonetos, quadras, décimas, epigramas e problemas*.

Há de certo confusão com alguma outra *Lanterna*, porque o verdadeiro exemplar que está apenso ao processo não contém mais que aquele texto como acima foi transcrito.

Na Biblioteca da Universidade não há cópia alguma da *Lanterna*!

que seria profusamente copiada e espalhada, porque naqueles tempos era mania inveterada no espírito português tirarem-se cópias de tôdas as publicações impressas ou manuscritas, sempre que elas alimentassem a bisbilhotice indígena.

Como suprema autoridade, D. Francisco de Lemos ordenou logo uma Devassa, que o desembargador opositor Vice-Conservador da Universidade Bernardo José de Carvalho instaurou com tôda a solenidade.

E dentro em pouco, pelo sumário das testemunhas; pelo confronto das frases empregadas no pasquim, com as dos artigos publicados por um dos presumíveis autores no *Jornal de Coimbra*; pela conferência da letra do manuscrito com a própria letra dêsse autor, pelas confidências dos alviçareiros; pelas denúncias dos vizinhos, marcou-se como únicos e principais responsáveis os lentes da Faculdade de Medicina Dr. José Feliciano de Castilho, Dr. Ângelo Ferreira Dinis e Dr. Jerónimo Joaquim de Figueiredo.

Imediatamente uma Portaria do Reitor fazia suspender das suas funções os lentes incriminados e mandava-os afastar de Coimbra para a distância de 4 a 6 léguas, podendo êles escolher o lugar de exílio. Assim, Castilho foi para Aguium, Dinis para Arazede e Figueiredo para Lavos.

E para cúmulo de tanta malquerença ordenava-se igualmente outra devassa sôbre os serviços e funções universitárias dêstes três lentes.

Então mais uma vez se confirmou o conceito do provérbio popular — *quem tem telhados de vidro não atira pedras ao do vizinho*, — porque as testemunhas inquiridas, estudantes, lentes e funcionários burocráticos, todos foram concordes em que os três lentes descuravam as determinações dos Estatutos, não procurando o adiantamento e devida instrução dos seus discípulos; que a admissão dos doentes no Hospital era por vezes dificultosa e só por meio de empenhos particulares ou de despachos ou ordens superiores,

resultando muitas vezes êles morrerem à porta antes que os três lentes resolvessem a sua admissão; que muitas vezes os doentes tinham alta antes do tempo, e com mais gravidade voltavam, o que dava um grande dispêndio ao Hospital; que os três lentes nas aulas e nas enfermarias se não comportavam com o decôro devido ao lugar que ocupavam — Figueiredo chamando aos discípulos *estúpidos, ignorantes, faltos de lógica* em plena aula; Dinis fazendo perguntas ridiculas que provocavam risadas e distúrbios, como por exemplo: — «de que sexo era uma certa mulher que estava na enfermaria» e fingindo ser êle essa mulher doente, mandava ao estudante que lhe fizesse as perguntas de estilo, *às quais êle professor respondia com voz affectada e contrafeita*; Castilho, tratando também os estudantes com desprezo, chamando-lhes nomes injuriosos; muitos dias se passavam sem se fazerem as visitas da tarde às enfermarias; a liberdade de os estudantes entrarem nas das mulheres sem serem acompanhados do lente e até depois das Trindades; o fornecimento constante de carneiro ao jantar e à ceia; o fornecimento da sopa às pessoas estranhas ao Hospital; a má administração dos rendimentos dêste, comprando-se os géneros a retalho, distribuindo-se as carnes de vaca ou de carneiro pelos três lentes, e algumas pessoas estranhas e empregados hospitalares, não havendo conferências de contas; as obras mandadas fazer por Castilho no Hospital consideradas úteis mas desnecessárias (?), com grave dispêndio para o cofre; o abuso das dietas de caldos de arroz; a má confecção dos medicamentos; a existência de duas chaves da porta principal do Hospital, uma das quais em poder de Castilho, que entrava e saía quando queria, e a outra chave em poder de Dinis para o mesmo fim; a admissão de pessoal feminino incapaz do serviço; o fornecimento feito por Dinis de algumas quartolas de vinho em mau estado; o facto de o dispenseiro abusar do seu officio na compra de géneros, o facto de Cas-

tilho mandar fazer uma *caixa de esmolas* para o Hospital, tendo êle uma chave e sendo a outra possuída por personagem desconhecida, e, para cúmulo de tanto desleixo, o facto de os doentes só serem admitidos quando apresentassem bilhete de confissão, sendo recusados os que não o tivessem, *podendo fàcilmente serem confessados à entrada pelo capelão do Hospital* (1).

Não alonguemos mais êste rosário de acusações que os lentes incriminados não quizeram desfazer por completo, antes alegando Castilho as obras feitas e Figueiredo a sua participação nas lutas contra os franceses. O que se pode concluir de tudo isto, e se dermos crédito às acusações da *Lanterna* e às desta devassa, é que a administração pública na cidade de Coimbra, como no resto do país, nestes tempos, era mal gerida e os abusos campeavam por tôda a parte, desde as altas esferas até às mais humildes. Era a rivalidade entre malhados e corcundas. Os superiores e subalternos eram substituídos de quando em quando. Não havia o amor do lugar que se exercia, nem o decôro e o brio no cumprimento dos deveres, e, no meio de tôda esta barafunda de substituições, os funcionários prevaricadores não sofriam o justo castigo que as devassas lhes mandavam aplicar, porque o reviramento da política os ilibava e êles reincidiam sem pudôr algum.

Emquanto a devassa principal estava aberta e que successivos documentos se apresentaram para sua instrução, outros pasquins apareceram pregados nas pâredes, dizendo-se por tôda a parte, que os seus autores eram os lentes Dr. Luís.

(1) Há nos *Feitos Fmdos* muitos processos de crimes ligeiros aos quais está apenso o bilhete de confissão apresentado pelo réu para provar o seu bom comportamento moral e religioso. Os corregedores e os juizes dos bairros levavam-no em conta na sentença condenatória ou exaltavam-no quando mandavam em paz o delinqüente!

da Costa e Almeida, Dr. Manuel José Barjona e seu filho
Dr. António Joaquim Barjona :

NOTÍCIA

Sua Excelência ainda não fala : continua a ser detido pelos seus mamelucos em cárcere privado !

Quem quiser concorrer com a sua bemdita esmola para ajuda do quartel dos lentes pode lançá-la na caixa colocada dentro da Porta Férrea ou na das Almas junto ao Castelo.

AVISO

Saiu à Luz o Entremez intitulado — o velho louco e mal inclinado.

S. Ex.^a continua a passar muito mal. Não se lhe tem observado um lúcido intervalo.

Mas o pasquim que feriu enormemente o orgulho do Bispo Conde, foi o que assim redigido :

EPIGRAMA

He muito de louvar o grande acerto,
Com que se houve o Prelado na eleição;
Sem Mágica Lanterna, certamente,
Tal syndico não tinha, nem scrivão.

e lançado no átrio da Sé Cathedral, por mão desconhecida, foi visto por êle, quando, acompanhado por todo o luzido cortejo universitário e eclesiástico, se dispunha a entrar no templo, para celebrar a festa do Corpo de Deus no dia 21 de Junho.



Então é que o seu orgulho de magistrado supremo da cidade de Coimbra, Bispo Conde Reformador Reitor da Universidade, Homem da magna confiança de Reis, Príncipes e Primeiros Ministros, foi ferido cerce.

É-nos completamente desconhecido o veneno que êsse pasquim ressumava, mas deve ter-lhe sido violento, visto que a sua saúde se ressentiu e esteve *em perigo de vida* (1), mas, reagindo, não descançou, emquanto todo o processo não foi entregue na Relação, pedindo por meio do Decreto real um castigo exemplaríssimo, para se evitarem as funestas conseqüências que pela *impunidade de tais crimes*, poderia, resultar para a supremacia da dignidade universitária.

... E a Relação, em Tribunal pleno, sem uma única discrepância, mandou despronunciar os réus, absolvendo-os de tôdas as acusações !!! (2).

*

Nesta época, em todo o corpo docente universitário havia uma figura primacial e bem querida que se impunha pela austera honestidade dos seus actos e pela rigidez dos seus princípios firmes e absolutos.

Era o lente de leis Dr. Luís da Costa e Almeida, amigo íntimo do Dr. José Feliciano de Castilho.

A devassa organizada contra os três lentes de Medicina arrastara nos seus enredos lentes, funcionários e estudantes, envolvera também o Dr. Luís da Costa, mas, encontrando a sua rígida honestidade, sem a mais leve acusação a actos seus, passara adiante na sua fúria demolidora, mas descobrira com grande estupefacção de todos, que êle, não po-

(1) *Conta* do Conservador ao Ministro da Justiça.

(2) A sentença foi publicada na íntegra no n.º 2528 do *Conimbricense*.

dendo encarar com ânimo leve a perseguição sofrida pelo amigo e enquanto êste se deliciava no remanso do seu refúgio de Aguium, ideara, de combinação, com os Drs. Barjona, os pasquins que acirraram a cólera do Bispo Conde e que perturbaram a vida de Coimbra numa interrogativa ansiedade.

E visto que — de todos os personagens que entraram nesta trãgi-comédia da *Lanterna Mágica* — foi êle o único que se fixou em Coimbra e aqui fundou uma illustre descendência, bem merecido é que apresentemos o seu *curriculum vitae*, que descrevamos essa descendência e que digamos alguma cousa sôbre as desventuras que sofreu pelo seu ardente amor ao Sr. D. Miguel.

O Dr. Luis da Costa e Almeida, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (alvará de 21 de Julho de 1825), Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Colegial do Real Colégio de São Paulo, Alferes da 3.^a Companhia do Corpo Académico Militar (despacho de 11 de Março de 1809), Lente de Leis na Universidade de Coimbra, Conservador e Procurador Fiscal da Fazenda e Estado da mesma Universidade, Deputado e Secretário da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, Corregedor de Coimbra, Corregedor e Inspector de Transportes, Desembargador honorário da Relação e Casa do Pôrto, Desembargador da Casa da Supplicação, Deputado da Junta do Estado e Casa de Bragança, Juiz Censor da Imprensa Régia e Real Fábrica das Cartas de Jogar, etc. Nasceu em Capanema (arcebispado da Baía), a 17 de Novembro de 1774, e faleceu em Lisboa (na sua casa da rua de S. Bento, à esquina da travessa do Pombal, hoje rua da Imprensa Nacional), a 3 de Dezembro de 1843.

Era filho do Coronel Jerónimo da Costa e Almeida, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Capitão-mor de Maragogipe, Familiar do Santo Officio, Senhor das Fazendas de Pitumahuma, da Luz, da Volta do Pratigi, na freguesia de

Sant'Ana do Camisão, do engenho de Santo António de Capanema, etc. e de D. Leandra Maria de Sant'Ana dos Reis Lessa, senhora do Engenho Velho de Nossa Senhora da Luz.

O Dr. Luís da Costa e Almeida era 4.º neto de Fernão Corrêa de Caldas e Lima, fidalgo de geração, natural de Paredes de Coura, o qual passou ao Brasil, onde foi Capitão-mor de Sergipe de El-Rei, e onde constituiu família, casando com D. Maria Isabel de Andrade. Êste Fernão Corrêa de Caldas e Lima foi também progenitor dos Viscondes de Azurara.

Casou o Dr. Luís da Costa e Almeida, a 19 de Outubro de 1819, na igreja paroquial da Carapinheira do Campo (bispado de Coimbra), com D. Maria José Chaves de Sá Pereira, pertencente por sua mãe à illustre família dos *Sás de Coimbra*, de cujo tronco procederam Francisco de Sá de Miranda, D. Maria Amália Vaz de Carvalho, os Duques de Saldanha, os Marquesses de Pombal, de Sampaio e de Rio Maior, os Condes de Azevedo, da Anadia, de Camaride, das Galvêas, de Vila Flor, de Calheiros, da Guarda, de Alpedrinha, da Aurora, de Bretiandos, de Mesquitela, da Ponte, de Vila Pouca, da Figueira, de Oliveira dos Arcos, do Paço de Vitorino, da Redinha e do Bomfim, e os viscondes de Balsemão, de Vila Nova de Souto de El-Rei, de Maiorca, da Tôrre Bela, do Zambujal, etc. (1).

(1) A descendência do Dr. Luís da Costa é a seguinte :

FILHOS

- a) 2 — Jerónimo da Costa e Almeida, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro de Cristo, etc., casado com D. Júlia do Carmo Vaz de Carvalho. Com descendência feminina. 1822-1900.
- b) 2 — José, que morreu criança.
- c) 2 — D. Maria da Glória da Costa e Almeida, religiosa ursulina. 1824-1882.
- d) 2 — D. Maria de Jesus da Costa e Almeida, solteira. 1825-1897.
- e) 2 — Eugénio da Costa e Almeida, Desembargador da Relação do

Desde o ano de 1817 em que se deu o caso da *Lanterna*, até ao ano de 1823, a vida universitária do Dr. Luís da Costa decorreu sem incidente, sempre regendo a sua cadeira de Leis com a proficiência que fazia dêle um abalizado jurisconsulto.

Pôrto, casado com D. Maria Eduarda de Brito Castelo Branco. 1829-1900. Com descendência feminina.

- f) 2 — D. Maria da Conceição da Costa e Almeida, solteira. 1831-1903.
- g) 2 — D. Maria do Patrocínio, que morreu criança.
- h) 2 — Eduardo da Costa e Almeida, Juiz da Relação de Lisboa, casado com D. Maria Barbosa de Castro Freire de Macedo. 1837-1909.
- i) 2 — *Dr. Luís da Costa e Almeida, com quem se continua.*

2 — Dr. Luís da Costa e Almeida, do Conselho de Sua Majestade, Comendador da Ordem de Cristo, Lente de Prima, Decano e Director da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, Director da Faculdade de Ciências da mesma Universidade, Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, Presidente da Câmara Municipal, e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, etc. Nasceu em Lisboa, a 27 de Março de 1841, e faleceu em Coimbra a 12 de Fevereiro de 1919, tendo casado, a 30 de Abril de 1863, com D. Ermelinda de Castro Freire de Vasconcelos, filha do Dr. Francisco de Castro Freire, do Conselho de Sua Majestade, Comendador da Ordem de Cristo, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Lente de Prima, Decano e Director da Faculdade de Matemática da mesma Universidade, Presidente e sócio honorário do Instituto de Coimbra, etc. e de sua mulher D. Maria Antónia da Circuncisão de Vasconcelos de Macedo.

FILHOS

- a) 3 — D. Maria Luísa de Castro de Vasconcelos e Almeida, casada com Arnaldo Mendes Nórton de Matos, do Conselho de Sua Majestade, Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Reitor da Universidade de Coimbra, etc. Com sucessão.
- b) 3 — Frederico, que morreu criança.
- c) 3 — *Dr. Eugénio de Castro e Almeida, com quem se continua.*
- d) 3 — N. . ., gémea do precedente, falecida ao nascer.
- e) 3 — Aires de Castro e Almeida, Juiz Conselheiro do Supremo Tri-

A sua fé intemerata no absolutismo fazia-o propugnar pela sua realização e certamente êsse ardente desejo devia

bunal de Justiça, casado com D. Emília de Sacadura Bote Pinto de Mascarenhas. Com sucessão.

- f) 3 — D. Eugénia Cândida de Castro de Vasconcelos e Almeida, solteira.
- g) 3 — Afonso, que morreu criança.
- h) 3 — Luís de Castro e Almeida, Capitão de Infantaria, reformado, solteiro.
- i) 3 — D. Ermelinda de Castro de Vasconcelos e Almeida, solteira.

3 — Dr. Eugénio de Castro e Almeida, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem de S. Tiago e da de Afonso XII, de Espanha, Oficial da Legião de Honra, de França, Cavaleiro da Ordem de Cristo e da de Santo Olavo, da Noruega, Professor Catedrático e Director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Doutor *honoris causa* das Universidades de Strasbourg e Lyon, Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, sócio correspondente da Real Academia Espanhola, da Real Academia de Belas Artes de São Fernando, da Academia Brasileira de Letras, Vogal da Junta de Educação Nacional etc. Nasceu a 4 de Março de 1869, e casou, a 22 de Maio de 1898, com D. Brígida Augusta Corrêa Portal, filha de Manuel Francisco Portal e de sua mulher D. Teresa Emília de Jesus Corrêa de Bastos Pina.]

FILHOS

- a) — D. Violante Maria Luísa de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida, Viscondessa de Nossa Senhora das Mercês. Nasceu a 18 de Novembro de 1899, e faleceu a 10 de Julho de 1930, tendo casado, a 28 de Junho de 1924, com o Visconde de Nossa Senhora das Mercês, José de Betencourt Forjaz de Lacerda, Licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade de Coimbra. Com sucessão.
- b) 4 — Martim, que morreu criança.
- c) 4 — *Luis de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida, com quem se continua.*
- d) 4 — D. Constança Manuela de Castro de Vasconcelos e Almeida, solteira.
- e) 4 — D. Mafalda Ermelinda de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e

ter-lhe criado alguns ódios que só esperavam a ocasião propícia para se manifestarem.

Em 1823, quem quer que foi jurou a sua desgraça e promoveu-lhe o exílio para longe de Coimbra. No *Diario do Governo* de Março daquele ano, appareceu uma Portaria mandando-o para Cezimbra e daí para Sagres!

Almeida, casada com José Augusto de Queirós Ribeiro Vaz Pinto, Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado. Com sucessão.

f) 4 — Martim Afonso de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida, Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado.

4 — Luís de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida, Licenciado em Ciências Filosóficas pela Universidade de Coimbra, nasceu a 17 de Novembro de 1903, e casou, a 19 de Março de 1925, com D. Maria da Conceição de Mendonça e Póvoas de Almeida e Vasconcelos, filha de Álvaro de Mendonça Falcão e Póvoas, senhor da casa vinculada de Girabolhos, Bacharel formado em Direito, etc., e de sua mulher D. Maria Quitéria de Almeida de Azevedo e Vasconcelos (filha dos 1.º Marqueses de Reriz).

FILHOS

a) 5 — D. Maria Teresa de Mendonça e Póvoas de Castro. Nasceu a 27 de Abril de 1927.

b) 5 — D. Maria Isabel de Mendonça e Póvoas de Castro. Nasceu a 7 de Abril de 1929.

c) 5 — *Luís Eugénio de Castro de Mendonça e Póvoas de Vasconcelos e Almeida, com quem se continua.*

d) 5 — D. Constança Manuel de Castro de Mendonça e Póvoas de Vasconcelos e Almeida. Nasceu a 23 de Setembro de 1931.

5 — Luís Eugénio de Castro de Mendonça e Póvoas de Vasconcelos e Almeida. Nasceu em Coimbra, a 29 de Março de 1930.

Antes e fora do matrimónio, o Desembargador Dr. Luís da Costa e Almeida teve três filhos naturais:

a) — D. Eugénia Candida da Costa e Almeida, religiosa e Superiora do Real Celégio das Ursulinas de Coimbra. A pág. 457 do vo-

O Dr. Luís da Costa dirigiu ao Conservador da Universidade uma carta nestes termos :

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Valha-me V. Ex.^a.

Pelo Diar. 67 sei q̄ sou mandado p.^a Cezimbra! Dizem me, e ainda peior, q̄ he engano e sou desterrado p.^a Sagres.

A mulher doente desde Dezembro, Filho etc.

Qual o meo crime, Ex.^{mo} Snr., V. Ex.^a conhece-me á an.^a, Eu nunca imprimi senam o q̄ tenho oferecido a V. Ex.^a e nunca escrevi senam o q̄ enviei ás Cortes!

Eu nam confesso Redat. algum, nam me correspondo com alg.^m, nam sou assinante em nenhum! assim m.^{mo} condenado a um tam violento degredo! Valha me V. Ex.^a. Eu nam dou Comp.^a eu nam vou a comp.^a alg.^a, metido sempre em caza e assim mesmo nam escapo!

Queira V. Ex.^a evitar, ao menos deminuir a m.^a desgrassa e de m.^a Fam.^a.

D.^a G.^o a Pessoa de V. Ex.^a

De V. Ex.^a

Vener.^{or} e C.

Coimbra 21 de m.^o

Luiz da Costa, e Alm.da

O Conservador respondeu aconselhando uma representação à clemência régia e o Dr. Luís da Costa dirigiu-lhe outra carta acompanhando essa Representação (1) :

Ill.^{mo} Snr.

Recebi a de V. S. datada de 21.

V. S. creio sabe q.^o tem sido sempre a minha conducta moral e

lume XXXVI do *Instituto*, vem publicada uma carta sua, acompanhada duma notícia biográfica.

- b) — D. Leonor da Costa e Almeida, Secular do Real Colégio das Ursulinas, de Pereira.
- c) — D. Luísa da Costa e Almeida, Secular do Real Colégio das Ursulinas, de Pereira.

(1) Estas cartas estavam no espólio do Visconde de Monte-São, que as havia herdado, com muitos papéis importantes, do seu íntimo amigo Joaquim António de Aguiar.

civil he natur.^o agora a queiram manxar, a minha vida solitr.^a, sem dar nem ir ás companhias, obedecendo sempre ás Leis; sabe tambem que quanto exponho no incluzo he verd.^o e junto uma atest.^m.

Nestes tr.^{os} parece-me mui proprio e digno das circumst.^{as} de V. S.^a enviála ao Ill.^{mo} S.^r Intend.^o Ger.^l da Policia, eu nam fujo, nam sou nem posso ser perigozo, e a representas.^m he prova de obediencia.

D.^s G.^o a V. S. Coimbra 22 de m.^o 1823.

Ill.^{mo} S.^r Conservador da Universid.^o

De V. S.

M.^{lo} Vener.^{or}

Luis da Costa e Almeida

Senhor.

O Dr. Luiz da Costa e Almeida foi intimado pelo Conservador da Unived.^o e de ordem de V. M. p.^a Sagres.

O Sup.^o sabe q como subdito cumpre obedecer ao q. V. M. determina; porem he de um Gov.^o Paternal ou Constitucional ouvir a seos subditos.

O Sup.^o he cazado, tem mulher, f.^{os}, fam.^a numeroza, e axa-se aqui estabelecido a 3o an.^{os}, axacado, e de idade avanssada, p.^o isso nam pode empreender, sem espasso suficiente uma tam dilatada jornada de mais de 70 légoas deixando de repente sua inocente e desgrassada fam.^a em inteiro abandono e dezamparo, o q̄ nam he compativel certam.^{lo} com a bond.^o e Just.^a q̄ V. M. pratica.

Representa tambem o Sup.^o, q̄., como he publico, axa-se sua mulher gravem.^o molesta, e esta circumst.^a costuma V. M. atender.

Ultimam.^o, Snr., o Diario do Gov.^o diz q̄ o Sup.^o he removido p.^a *Cezimbra* e a intimassam q̄. para *Sagres*, dobrada dist.^a, dobrado castigo e por isso pondera que he possivel ter havido algum equivoco.

Nestas circumst.^{as}

P. a V. Mag.^o se digne conceder 1.^o o tempo suficiente p.^a o Sup.^o se retirar, 2.^o modificar a pena q̄. he gravissima nas particulares circumst.^{as} do Sup.^o.

E. R. M.

Luiç da Costa e Almeida.



Essa representação nunca chegou aos degraus do trono e por isso a clemência régia não se manifestou. O Intendente da Polícia recebeu ordem para vigiar a partida de Coimbra e a chegada a Sagres.

Assim o fêz e o participou ao Govêrno, tanto mais que, além do Dr. Luís da Costa, três pessoas altamente cotadas: Sebastião Andrade Corvo, Frei Fortunato de S. Boaventura, o autor do *Punhal dos Corcundas*, e o Dom Prior Mór da Ordem de Cristo, D. Luís António Carlos Furtado de Mendonça, eram também desterradas sofrendo os mesmos rigores de vigilância.

Na sua passagem para Sagres o Dr. Luís da Costa encontrou um único lenitivo para refrigénio da sua desgraça: — o carinhoso acolhimento dos frades de Brancanes.

Contudo, sob o *paternal* reinado do sr. D. João VI, o govêrno com a mesma facilidade com que desterrava os seus adversários, assim decretava anistias, e o Dr. Luís da Costa, depois de sofrer as agruras de muitos mezes de destêrro, beneficiou de uma, mas as semsaborias, os vexames, as doenças e as despesas extraordinárias que êle sofreu não foram levadas em conta no Decreto de perdão.

Finalmente em 1826 uma nova aurora iluminou o horizonte de Portugal: — O Bem amado Infante D. Miguel proclamára-se Rei e do norte ao sul do país celebrava-se uma Aleluia de perenes regosijos!

Durante os 6 anos de reinado, o Dr. Luís da Costa foi tudo em Coimbra e tudo quanto quiz ser.

E para cúmulo de tanta felicidade, o seu coração transbordou de alegria, quando o seu amado Rei se dignou entrar na sua família, apadrinhando na pia batismal uma filha que com o nome de Maria da Conceição da Costa e Almeida viveu até aos 72 anos, — sempre devotada e saudável admiradora do sr. D. Miguel I.



RÓ
MU
LO

CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA



132972568X

